

ARLINDO ALEGRE DONÁRIO  
RICARDO BORGES DOS SANTOS

# *Da Bíblia à Neuroeconomia*

*O porquê do estado do  
pensamento económico actual*



EDIÇÕES SÍLABO





# Da Bíblia à Neuroeconomia

O porquê do estado do  
pensamento económico actual

ARLINDO ALEGRE DONÁRIO  
RICARDO BORGES DOS SANTOS



*EDIÇÕES SÍLABO*

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio, **NOMEADAMENTE FOTOCÓPIA**, esta obra. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

Visite a Sílabo na rede  
[www.silabo.pt](http://www.silabo.pt)

As citações traduzidas, apresentadas ao longo do livro, são da responsabilidade dos autores.

Editor: Manuel Robalo

FICHA TÉCNICA:

Título: Da Bíblia à Neuroeconomia – O Porquê do Estado  
do Pensamento Económico Actual

Autores: Arlindo Alegre Donário, Ricardo Borges dos Santos

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, Setembro de 2016.

Impressão e acabamentos: Cafileisa – Soluções Gráficas, Lda.

Depósito Legal: 413348/16

ISBN: 978-972-618-851-3

*EDIÇÕES SÍLABO, LDA.*

R. Cidade de Manchester, 2  
1170-100 Lisboa  
Tel.: 218130345  
Fax: 218166719  
e-mail: [silabo@silabo.pt](mailto:silabo@silabo.pt)  
[www.silabo.pt](http://www.silabo.pt)

# Índice

<b>Agradecimentos</b>	11
<b>Prólogo</b>	13
<b>Capítulo I</b>	
<hr/>	
<b>A antiguidade oriental</b>	15
1.1. O Pensamento Hebraico: os juros e o trabalho	18
1.1.1. Dos juros	18
1.1.2. A Bíblia e o trabalho	18
<b>Capítulo II</b>	
<hr/>	
<b>O pensamento grego no âmbito da economia</b>	21
2.1. Xenofonte	23
2.1.1. Xenofonte: a dimensão do mercado e a divisão do trabalho. Ligação com Adam Smith. A eficiência	24
2.2. Platão	26
2.2.1. Comunismo aristocrático de Platão e as leis relativas às incompatibilidades na actualidade. Os grupos de pressão	27
2.2.2. Os conceitos de prazer e desprazer (sofrimento) em Platão. Sua ligação com os mesmos conceitos em Bentham. As necessidades básicas	27
2.2.3. Platão e as diferenças entre os homens. Comparação com Adam Smith	29
2.3. Aristóteles	32
2.3.1. Os conceitos de Excelência, Perfeição, Natural e Felicidade	32

2.3.2. Aristóteles e o conceito de utilidade marginal. A lei da diversidade e o prazer. Bens espirituais e intelectuais aos quais não se aplica a lei da utilidade marginal decrescente .....	33
2.3.3. Aristóteles e a riqueza, os juros e a usura .....	35
2.3.4. Aristóteles, a moeda, valor de uso e valor de troca, a crematística .....	40
2.3.5. Aristóteles e os conceitos de justiça comutativa, justiça distributiva e de direito natural .....	42
2.3.6. Aristóteles, a propriedade privada como direito natural. A regulação .....	44
2.3.7. Aristóteles e o efeito dotação ( <i>endowment effect</i> ) .....	46
2.3.8. Aristóteles e a classe média .....	47
2.3.9. O Pensamento Romano .....	47

### Capítulo III

---

## A Idade Média 49

3.1. O Pensamento Económico Medieval. Tomás de Aquino. As encíclicas dos séculos XIX, XX e XXI .....	51
--	----

### Capítulo IV

---

## O Mercantilismo 55

4.1. Intervencionismo e nacionalismo económico e soma zero .....	58
4.2. A teoria quantitativa da moeda .....	60
4.2.1. As hipóteses dos clássicos para que a equação das trocas se transforme numa teoria .....	60
4.3. Portugal e as descobertas .....	61

### Capítulo V

---

## A Fisiocracia – A Ordem Natural 63

5.1. Quesnay e a fisiocracia. Produto líquido. As classes sociais .....	65
5.2. Circuito económico .....	66
5.3. Limitações desta doutrina .....	67

## Capítulo VI

---

<b>A Escola Clássica e o Liberalismo</b>	<b>69</b>
6.1. Adam Smith	71
6.1.1. Divisão do trabalho	75
6.1.2. Divisão do trabalho e extensão do mercado	76
6.1.3. Adam Smith e o liberalismo económico	76
6.1.4. A teoria do valor	77
6.1.5. O comércio internacional e as vantagens absolutas	78
6.1.6. Porter e Adam Smith. A teoria do <i>diamante</i> de Porter	78
6.2. David Ricardo	79
6.2.1. Teoria do valor	79
6.2.2. A teoria dos salários. Salário natural e salário corrente	81
6.2.3. Salário corrente ou salário de mercado	83
6.2.4. Teoria da renda	84
6.2.5. Investimento e poupança	86
6.2.6. O estado estacionário	87
6.2.7. Ricardo e a teoria das vantagens relativas	87
6.3. Teoria da dotação dos factores de Heckscher-Ohlin	89
6.4. Malthus e a teoria da população	91
6.4.1. Malthus e a procura efectiva e a lei de Say	92
6.5. Sismondi e a procura efectiva e a teoria do valor	95
6.5.1. Sismondi e os salários dos trabalhadores	96
6.6. Jean Baptist Say	98
6.7. Stuart Mill	99

## Capítulo VII

---

<b>A Escola Histórica</b>	<b>101</b>
7.1. Friedrich List	103
7.2. Gustav Schmoller e outros	104
7.3. O Institucionalismo	104
7.4. Wesley Mitchell, os ciclos económicos e o <i>animal spirits</i> de Keynes	106

## Capítulo VIII

---

<b>Karl Marx</b>	107
8.1. O materialismo dialéctico	110
8.2. O modo de produção	112
8.3. A teoria do valor	114
8.3.1. Valor da mercadoria	115
8.3.2. Trabalho simples e complexo	116
8.3.3. O valor da força do trabalho	116
8.3.4. Teoria da mais-valia	118
8.3.5. Capital variável e capital constante	120
8.3.6. Capital fixo e capital circulante	122
8.3.7. Componentes do valor de uma mercadoria	122
8.3.8. A taxa de mais-valia	123
8.3.9. Composição orgânica do capital	125
8.3.10. A tendência decrescente da taxa de lucro	125
8.3.11. Causas que contrariam a tendência decrescente da taxa de lucro	126
8.3.12. A acumulação de capital, desemprego, crises e salários	127

## Capítulo IX

---

<b>Bernoulli e a utilidade esperada – O modelo Neoclássico e a Revolução Marginalista</b>	131
9.1. Princípios comuns	133
9.2. Precusores do conceito de utilidade marginal	133
9.2.1. Valor esperado e probabilidades – O jogo de pascal	134
9.2.2. Paradoxo de S. Petersburgo de Bernoulli e a utilidade esperada	135
9.3. O marginalismo do século XIX	140
9.3.1. Os grandes marginalistas	141
9.3.2. A Escola de Lausanne	144



9.4. A escola de Cambridge .....	148
9.5. A escola de Viena ou escola psicológica .....	149
9.6. Crítica .....	149

---

## Capítulo X

---

<b>O pensamento social da Igreja católica</b> .....	151
---	-----

---

## Capítulo XI

---

<b>O cooperativismo</b> .....	155
-------------------------------	-----

---

## Capítulo XII

---

<b>Keynes e o Keynesianismo</b> .....	161
---------------------------------------	-----

12.1. A procura efectiva e a oferta agregada .....	172
12.2. A incerteza e o <i>animal spirits</i> em Keynes .....	175
12.3. A síntese Neoclássica Keynesiana .....	181
12.4. O neoclassicismo e os mercados eficientes .....	191

---

## Capítulo XIII

---

<b>Schumpeter e o desenvolvimento económico</b> .....	197
---	-----

13.1. Do desenvolvimento económico. A inovação, o empreendedor e o crédito bancário .....	199
13.2. A inovação, a concorrência perfeita e os oligopólios .....	205

---

## Capítulo XIV

---

<b>O Monetarismo</b> .....	209
----------------------------	-----

14.1. A neutralidade da moeda .....	211
14.2. O monetarismo e a estabilidade da economia .....	212

## Capítulo XV

---

### **A escola dos novos clássicos ou a extensão da teoria clássica** 217

- 15.1. A ineficácia das políticas do lado da procura e as flutuações económicas ..... 220
- 15.2. A Equivalência Ricardiana ..... 222

## Capítulo XVI

---

### **A teoria dos ciclos reais de negócios** 225

- 16.1. As flutuações e os choques reais e a substituíbilidade intertemporal do trabalho ..... 228
- 16.2. A neutralidade da moeda e as políticas orçamentais ..... 229

## Capítulo XVI

---

### **As novas fronteiras da economia** 231

- 17.1. A teoria da utilidade esperada e a teoria da perspectiva ..... 233
- 17.2. Os axiomas neoclássicos do comportamento racional colocados em questão ..... 233
  - 17.2.1. Os axiomas da racionalidade e as *anomalias* ..... 234
  - 17.2.2. O *endowment effect* e o teorema de *coase* ..... 235
  - 17.2.3. Os compartimentos mentais, o efeito *framing* e as decisões dos indivíduos e a sua importância na política económica ..... 241
  - 17.2.4. Os factores hormonais e as decisões humanas ..... 244

### **Referências bibliográficas** 247

## Agradecimentos

Uma palavra de agradecimento é devida, em primeiro lugar, aos nossos alunos e ex-alunos que nos permitiram, interactivamente, analisar, dialecticamente, as ideias dos grandes pensadores da humanidade dos quais somos tributários quanto às questões essenciais com que, hodiernamente, a humanidade se debate.

Queremos também agradecer à Universidade Autónoma de Lisboa todo o apoio que nos foi dado ao longo da maturação e execução deste trabalho.

Em especial, estamos gratos ao Professor Reginaldo de Almeida, professor da Universidade Autónoma de Lisboa, que leu este trabalho e nos deu os seus comentários. As várias conversas que tivemos com o Doutor Reginaldo de Almeida foram incentivos que nos levaram à reflexão e, consequentemente, tiveram efeitos no desenvolvimento de vários temas.

Contudo, quaisquer erros são apenas da responsabilidade dos autores bem como as opiniões expressas neste estudo.



## Prólogo

Este estudo resulta da nossa discussão e reflexão, que desenvolvemos ao longo de vários anos, sobre a influência que grandes pensadores tiveram na modulação da vida das pessoas no passado e têm hodiernamente. Nós somos o resultado dessa evolução cultural e ética, a par do desenvolvimento científico e tecnológico que se vai acumulando historicamente.

Procuramos, neste trabalho, evidenciar o que, segundo o nosso critério, tem vindo a ser a influência de alguns dos grandes pensadores na vida da humanidade actual, no âmbito económico e social, com os seus efeitos no âmbito da instância política, que traduz a organização suprema da sociedade.

Muitos conceitos que, por vezes, parecem ter aparecido recentemente, tiveram a sua génese há centenas e milhares de anos, embora esses conceitos apareçam, geralmente, como criados numa época recente, mantendo-se o anonimato dos autores que os criaram.

Ao longo dos séculos os indivíduos têm vindo a preocupar-se com questões essenciais para a felicidade humana, tais como a ética, o trabalho, a repartição do rendimento e da riqueza, os juros, a administração, entre outras. As questões relacionadas com a equidade, horizontal e vertical, são demasiado presentes para serem olvidadas.

Não obstante, continuamos a assistir a um desfasamento, entre indivíduos, inaceitável em termos de riqueza e acesso a bens essenciais e inalienáveis que estão intimamente conectados com a dignidade humana.

Este *livro* pretende, pelo menos, recolher algumas das pistas que nos podem levar a entender esta *décalage* a que assistimos todos sem que nos apercebamos que a *máquina da economia* apenas subsiste conquanto a grande mole humana conseguir continuar a consumir os demais bens e serviços que a capacidade instalada oferece.

Esta dinâmica assente numa redistribuição do rendimento, baseada num mercado de bens e serviços tendente à concorrência perfeita, tem produzido os resultados que estão à vista de todos. De facto, a redistribuição do rendimento como propulsor da emergência da riqueza, deve ser estabelecida num equilíbrio tendencial, não no mercado de bens e serviços, mas sim, no mercado de factores, pois este é o mercado que permite regular o desfasamento entre as remunerações dos factores económicos de produção e, por conseguinte, criar as condições necessárias para almejar a eficiência económica, bem como, paralela e simultaneamente a equidade social.

*As citações traduzidas, apresentadas ao longo do livro,  
são da responsabilidade dos autores.*



# **A antiguidade oriental**





A vida económica desenvolveu-se desde há milhares de anos, antes mesmo de ter havido qualquer reflexão sobre esta actividade humana. Na antiga Suméria<sup>1</sup> os cereais foram utilizados como um meio de troca, como moeda, para a maioria das transacções, mas já cerca de 3000 anos antes de Cristo foram também utilizados lingotes de cobre e prata como moeda, pelo que existiam, simultaneamente, dois padrões de valor.

Segundo Sidney Homer e Richard Sylla (p. 25), a prata era mais usada nas cidades enquanto os cereais eram mais usados no campo, existindo, por vezes, variação nos seus valores relativos, o que levava à intervenção do Estado para estabelecer regras para o comércio e pagamentos.

Em textos antigos encontram-se prescrições morais e jurídicas sobre a actividade económica. O mais antigo código conhecido, o código de Hamurabi, imperador da Babilónia (que reinou na Mesopotâmia, cerca de 1800 anos antes de Cristo), continha várias regras referentes ao trabalho e ao salário, aos juros, ao crédito e duração do trabalho, tendo sido codificadas muitas regras que vinham dos sumérios:

«O Código de Hamurabi regulamentou os termos de propriedade da terra, o emprego de mão-de-obra agrícola, obrigações civis, renda da terra, o crédito, e outros assuntos. Os credores deveriam esperar até às colheitas, antes de exigir aos agricultores o reembolso dos empréstimos. A diminuição das colheitas causada por tempestades ou secas era fundamento para perdoar os juros devidos pelos empréstimos para esse ano. A terra poderia ser hipotecada pelos juros, e poderia também ser arrendada, normalmente por três anos. A renda era paga, por vezes, com produtos e, por vezes, em moeda metálica.»<sup>2</sup>

Note-se que no código de Hamurabi já se previa a *alteração das circunstâncias* como fundamento para perdoar os juros dos empréstimos. Actualmente, é previsto no art.º 437º do Código Civil português a alteração das circunstâncias para modificar ou resolver o contrato, segundo a equidade:<sup>3</sup>

(1) Seguimos de perto, quanto a esta parte, *Sidney Homer and Richard Sylla (2005). A History of Interest Rates. John Wiley & Sons, Inc.*

(2) Homer, Sidney; Richard Sylla (2005:26). *A History of Interest Rates*, Wiley.

(3) Código Civil português:

SUBSECÇÃO VII – Resolução ou modificação do contrato por alteração das circunstâncias  
ARTIGO 437º – (Condições de admissibilidade)

1. Se as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal, tem a parte lesada direito à resolução do contrato, ou à modificação dele segundo juízos de equidade, desde que a exigência das obrigações por ela assumidas afecte gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato.
2. Requerida a resolução, a parte contrária pode opor-se ao pedido, declarando aceitar a modificação do contrato nos termos do número anterior.

Também a taxa de juros dos empréstimos onerosos era regulada no código de Hamurabi, estabelecendo-se um máximo.

## 1.1. O Pensamento Hebraico: os juros e o trabalho

### 1.1.1. Dos juros

A posição do pensamento hebraico é um pensamento eminentemente religioso, que dá mais importância aos valores morais do que aos materiais. Entre as questões económicas destaca-se a referente aos juros que são condenados, conforme a Bíblia:

«Se emprestares dinheiro ao meu povo, ao pobre que está contigo, não te haverás com ele como um usurário; não lhe imporeis usura.» (Êxodo, 22:25).

Em Ezequiel, Capítulo XVIII, 8 e 13:

«Não dando o seu dinheiro à usura e não recebendo demais».

E no Deuterónimo 23:19-20:

«Ao teu irmão não emprestarás com juros, nem dinheiro, nem comida, nem qualquer coisa que se empreste com juros. Ao estrangeiro emprestarás com juros, porém a teu irmão não emprestarás com juros; para que o Senhor, teu Deus, te abençoe em tudo que puseres a tua mão, na terra a qual vais a possuir.»

E no salmo 15:5:

«Aquele que não empresta o seu dinheiro com usura, nem recebe peitas contra o inocente; quem faz isto nunca será abalado.»

### 1.1.2. A Bíblia e o trabalho

De notar também que dos temas tratados na Bíblia um que devemos destacar é o que se refere ao trabalho no âmbito da vida humana. No livro do *Génese*, o trabalho foi considerado como expiação<sup>1</sup> e positivamente como um elemento intrínseco da natureza humana, através do qual o homem se pode

---

<sup>(1)</sup> *Genesis*. 3:17-19.

realizar.<sup>1</sup> Contudo, para grande parte da humanidade o trabalho constitui, como refere Albert Camus, um absurdo:

«Os deuses condenaram Sísifo a carregar sem cessar um rochedo até ao cume de uma montanha de onde a pedra rolava até ao sopé da montanha devido ao seu próprio peso. Eles pensaram, com alguma razão, que não há punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança.»<sup>2</sup>

E, noutra passagem, diz Albert Camus:

«Mas ao mesmo tempo, o homem absurdo compreende que até aqui ele estava ligado a este postulado de liberdade sobre a ilusão de que a vivia. Num certo sentido, isso entravava-o. Na medida em que ele imaginava um fim para a sua vida, conformava-se com as exigências de um fim a atingir e tornava-se escravo da sua liberdade.»<sup>3</sup>

Camus apresenta o mito para trabalhar uma metáfora sobre a vida moderna, com trabalhadores em empregos fúteis em fábricas e escritórios. Refere:

«Esse destino não é menos absurdo, mas é trágico quando em apenas nos raros momentos ele se torna consciente»<sup>4</sup>

De certo modo podemos dizer que muitas pessoas vivem na ilusão de que são livres, contudo são escravas das regras que lhes são impostas, aceitando-as sem crítica. A repetição absurda das tarefas que diariamente se repetem sem trazerem a plenitude da essência do Homem, de trabalho sem sentido, é inútil para a felicidade.

De facto a evidência da vida quotidiana parece mesmo um absurdo na sociedade em que vivemos. Quando a maioria se sente «feliz» por ter um emprego mal pago, com tarefas repetitivas, escravizada a horários e a regras sociais impostas – ao longo do tempo – para a sua subjugação. A libertação do absurdo pode ligar-se com o que John Keynes escreveu em *Liberalism and Labour*:

«O problema político da humanidade é combinar três coisas: a Eficiência Económica, a Justiça Social e Liberdade Individual. A primeira necessita de crítica, precaução e conhecimentos técnicos; a segunda, precisa de um espírito

(1) Roncaglia, Alessandro (2005:24). *The Wealth of Ideas – A History of Economic Thought*. Cambridge University Press.

(2) Camus, Albert (1942:109). *Le Mythe de Sisyphe. Essai sur l'absurde*. Paris, Les Éditions Gallimard, 1942. Collection: Les essais, XII. Édition augmentée, 69<sup>e</sup> édition.

(3) *Idem* (1942: 55).

(4) Camus, Albert (1942:111). *Le Mythe de Sisyphe. Essai sur l'absurde*. Paris. Les Éditions Gallimard, 1942. Collection: Les essais, XII. Édition augmentée, 69<sup>e</sup> édition.

abnegado, entusiasta, que ame o homem comum; a terceira, necessita de tolerância, abrangência, apreciação das excelências da variedade e independência, que prefere, acima de tudo, dar oportunidade, sem entaves, ao que é excepcional e às aspirações» (Keynes, 1926a:344).

Quanto mais entaves existirem ao desenvolvimento do indivíduo, nomeadamente, no que concerne à educação, maior será a probabilidade de que esse indivíduo não seja livre, dada a dependência em que se encontrará, e maior tenderão a ser as desigualdades salariais<sup>1</sup>. Existe uma distinção entre conhecimento e informação (Almeida, Reginaldo, 2004). O conhecimento está num nível mais elevado, permitindo expressar as relações entre as categorias, de modo a que o Homem possa, de uma forma mais adequada, elevar na sua realização.

A teoria neoclássica sobre o trabalho e os salários repousa sobre duas hipóteses: A primeira considera que o salário de um determinado assalariado é igual à sua produtividade marginal, ou seja, a sua contribuição individual para a produção, de onde decorre que o salário será determinado por essa produtividade marginal. A segunda hipótese diz que a produtividade depende das qualificações do trabalhador e da oferta e procura dessas qualificações na sociedade considerada. A oferta de qualificações depende, em particular, do estado do sistema educativo. Ora, o sistema educativo depende das políticas públicas, dos custos suportados pelos indivíduos e pelas famílias para obterem educação e formação, pelo que os entaves ao acesso ao conhecimento não permitem o desenvolvimento das *capacidades* (*capabilities*) do ser humano (Sen, Amartya, 1985; Davis; John, 2011).

Segundo Sen,<sup>2</sup> as *capabilities*, diferentes das *capacidades*, consistem no conjunto de alternativas que o indivíduo pode escolher representando a *liberdade* para escolher o que deseja de entre as alternativas de que dispõe, pelo que o desenvolvimento das mesmas implica o acesso à educação, que permite uma maior liberdade que é um dos pressupostos essenciais para a realização da dignidade humana.

---

(1) Piketty, Thomas (2013:485). *Le capital au XXI<sup>e</sup> siècle*. Éditions du Seuil.

(2) Sen, Amartya (1999a:75). *Development as Freedom*. New York. Alfred A. Knopf. «The “capability set” would consist of the alternative functioning vectors that she can choose from. While the combination of a person’s functionings reflects her actual achievements, the capability set represents the freedom to achieve: the alternative functioning combinations from which this person can choose.»



# **O pensamento grego no âmbito da economia**



A primeira reflexão sobre a economia, assim como o próprio termo, é grega. O seu desenvolvimento dá-se sobretudo na época clássica, com Xenofonte, Platão e Aristóteles.

## 2.1. Xenofonte

Xenofonte (430-354 a.C.), entre outros livros, escreveu *Oeconomicus*<sup>1</sup> no qual descreveu, em detalhe, o governo da casa. Neste livro introduziu a palavra *Oeconomicus* que significa habilidade para governar uma casa ou um estado. Este livro contém um tratamento sistemático da organização e administração relativamente à agricultura, onde é dada importância ao capital humano e à sua eficiência.

Xenofonte interessa-se pelas regras de uma boa gestão fundiária e pela poupança, pelos meios necessários para aumentar a riqueza do indivíduo e da sociedade. Faz reflexões sobre as necessidades, a divisão do trabalho (que Adam Smith desenvolveu no século XVIII), das trocas e da moeda, bem como, da importância da limitação da população (que será um tema a que Malthus dará grande relevo no século XIX dando origem à teoria da população).

O termo «economia» deriva de *oikos*, casa, e *nomos*, norma ou lei, designando, deste modo, o campo do governo da casa, entendido como família. Contudo, este conceito do governo da casa era aplicável às instituições políticas, nomeadamente, ao governo da *polis*, cidade, não havendo contraste entre a administração da casa (família) e o governo da *polis*.

Xenofonte, na sua obra *Oeconomicus*, refere o seguinte:

«No que concerne ao governo dos assuntos privados este apenas difere quanto ao número em relação aos assuntos públicos. Eles são muito semelhantes, em particular porque nenhum pode ser desenvolvido sem os homens, e os homens empregados nas transacções privada e pública são os mesmos»<sup>2</sup>.

Por aí se pode concluir que Xenofonte não fazia distinção entre o governo da casa e o governo da cidade.

(1) Tal como muitos livros deste tempo *Oeconomicus* é apresentado na forma de diálogo, neste caso entre Sócrates e Ischomachu, um dos mais ricos homens de negócios de Atenas.

(2) Xenophon (1997:189). *Memorabilia, Oeconomicus* [b.c.390]. Harvard University Press.

### 2.1.1. Xenofonte: a dimensão do mercado e a divisão do trabalho. Ligação com Adam Smith. A eficiência

A divisão do trabalho e a sua influência económica e social tem vindo a ser um tema discutido ao longo da história da humanidade. A divisão do trabalho foi o tema com que Adam Smith iniciou a sua obra *Wealth of Nations*, considerando que a divisão do trabalho era uma condição para o aumento da produção, referindo:

«O maior progresso na produtividade do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e julgamento onde quer que sejam dirigidos ou aplicados, parecem ser os efeitos da divisão do trabalho.»<sup>1</sup>

Este conceito da divisão do trabalho como uma condição para o desenvolvimento e aumento da produtividade foi já analisada por Xenofonte na sua obra *Cyropaedia*, onde escreveu:

«Numa pequena cidade o mesmo homem pode fazer camas e cadeiras, arados e mesas, e muitas vezes construir casas também; e será muito feliz se puder encontrar empregadores suficientes para mantê-lo.

Contudo, é impossível que um único homem que trabalha numa dezena de ofícios possa fazê-los todos bem. Nas grandes cidades, devido à grande procura de cada bem particular, um único ofício será suficiente para que obtenha o seu meio de subsistência, ou até uma única especialização; com efeito, há sapateiros que só fazem sandálias para homens e outros só para as mulheres. Ou um artesão especializa-se apenas na costura de sapatos, outro cortando-os, um terceiro fazendo os moldes e um quarto fará a composição das peças.

Necessariamente, o homem que gasta todo o seu tempo e trabalho na tarefa mais especializada fá-la-á melhor.

As tarefas da família devem seguir a mesma lei. Se um único servo faz a cama, põe a mesa, amassa o pão e cozinha vários pratos, o mestre deve tomar as coisas como elas são, não havendo qualquer ajuda para este.

Mas quando há trabalho suficiente para um homem tomar conta da panela, e para outro assar a carne, e trabalho suficiente para um terceiro cozer o peixe, ...é óbvio, penso eu, que o padrão de excelência será maior.»<sup>2</sup>

Xenofonte percebeu claramente a associação entre a dimensão de uma cidade (o mercado), em termos de habitantes, e a divisão do trabalho, ilustrando a razão por que uma grande cidade comparada com uma pequena, permite uma maior divisão de ocupações e, deste modo, leva a que os produtos

---

(1) Smith, Adam (1776:17). *The Wealth of Nations*: Book 1, Chapter I. ElecBook Classics.

(2) Xenophon. *Cyropaedia*, VIII.2.5. (2007). eBooks@Adelaide.



**ARLINDO ALEGRE DONÁRIO** é professor, presidente e investigador do Centro de Análise Económica de Regulação Social (CARS) na Universidade Autónoma de Lisboa.

A sua área actual de investigação é no âmbito da Regulação Social, particularmente, na análise económica do direito.

Para além das monografias abaixo referidas e escritas em co-autoria com Ricardo Borges dos Santos, as suas publicações mais recentes são as seguintes: *The Economic Analysis of Law. The Effects of Liability on Road Safety* (2015); *Road Accidents, Risk and Biological Factors* (2013); *Natureza dos Excedentes e Reservas nas Cooperativas: Seu Retorno e Distribuição* (2013); *Economia* (2011); *Conceitos Fundamentais* (2010); *Aumento das Sanções ou da Probabilidade de Aplicação da Lei?* (2010); *Economia de la Regulación y Políticas de Prevención de Los Accidentes De Tráfico. El Caso de Portugal y el Contexto Europeo* (2007); *Análise Económica da Regulação Social* (2007).

**RICARDO BORGES DOS SANTOS** é professor, director e investigador do Centro de Análise Económica de Regulação Social (CARS) na Universidade Autónoma de Lisboa.

A sua área actual de investigação é no âmbito da Regulação Social, particularmente, na análise económica do direito.

As suas publicações mais recentes, em co-autoria com Arlindo Donário, são as seguintes:

*Reflexões em Economia. Conceitos Fundamentais* (2014); *O Paradigma do Homo Economicus* (2013); *Custo Económico e Social dos Acidentes de Viação em Portugal* (2012); *Modelo IS-LM – Determinação do Rendimento, Taxa de Juros e Moeda* (2010); *Análise da Evolução da Procura do Ensino Superior Público e Privado, em Especial na Região de Lisboa* (2009).

Uma história do pensamento económico onde se abordam as influências que grandes pensadores tiveram no modo como as sociedades se organizam e as pessoas vivem o seu dia a dia para produzirem e repartirem os bens e serviços que necessitam para subsistirem e legarem às gerações seguintes. Para perceber as razões porque actualmente vivemos como vivemos, teremos que viajar no tempo à procura das raízes que deram os frutos que agora experimentamos e determinam o modo como pensamos, agimos e interagimos uns com os outros. Muitos dos conceitos e ideias que este livro aborda parecem ser recentes, mas como o leitor se aperceberá, tal não corresponde à realidade. Nesta viagem desde a antiguidade até aos nossos dias, os autores evidenciam que a humanidade desde muito cedo se preocupou com questões como a felicidade, a ética, o trabalho, a repartição dos rendimentos e da riqueza, os juros e a administração dos bens comuns entre outros tópicos fundamentais que determinaram o modo como as sociedades actuais estão organizadas.

Para economistas e não economistas, uma leitura que não exigindo grandes conhecimentos prévios sobre as matérias abordadas, conduzirá o leitor a (re)descobertas e reflexões que lhe permitirão tomar partido e formar a sua própria opinião sobre aspectos que determinam a sua vida e a dos que pertencem à sua comunidade.

# *Da Bíblia à Neuroeconomia*

*O porquê do estado do  
pensamento económico actual*

528

